

A Questão Monetária e Financeira na *Economia Política do Desenvolvimento*

William Vella Nozaki¹

Resumo: O artigo pretende sistematizar as principais proposições sobre a questão monetária e financeira em países periféricos tal como formuladas por algumas das vertentes do pensamento desenvolvimentista. Através dos debates sobre o financiamento da produção, busca-se resgatar e explicitar a economia política monetária subjacente naquela economia política da produção.

Palavras-chave: moeda, finanças, desenvolvimentismo.

The Monetary and Financial Question in the political economy of the development

Abstract: This paper aims to systematize the most important propositions on the monetary and financial issue on the periphery as concerned by some branches of the developmental economic thought. Through discussions on the financing of production, it purposes to explain the political economics of money inside the political economics of production.

Keywords: money, finances, developmentism.

Classificação JEL: B23, B24, B25

¹ Bacharel em Ciências Sociais (FFLCH-USP) e mestrando em Desenvolvimento Econômico (IE-UNICAMP) willnozaki@gmail.com

Introdução

A questão do desenvolvimento econômico ganhou importância entre os economistas após a Segunda Guerra Mundial, tal inquietação ganhou contornos bem-definidos na América Latina através do pensamento desenvolvimentista.

Ao assumir a industrialização como percurso necessário para a modernização reconhecia-se o problema, fundamental, do investimento, e, como decorrência das questões produtivas e industriais emergiam as questões monetárias e financeiras sob uma forma bastante específica: a preocupação com o financiamento da produção, ou seja, com os recursos necessários para a efetivação da industrialização.

Neste artigo de pensamento econômico, tem-se como objetivo identificar um conjunto de questões que nos permitam refletir sobre a dependência financeira nos países periféricos, em particular no Brasil. Faremos, decerto, uma aproximação exploratória que não pretende esgotar o assunto tampouco o conjunto da obra dos autores citados, nos restringindo a delinear os traços gerais que conformam a economia política monetária implícita naquela economia política da produção responsável pela consagração do pensamento desenvolvimentista.

Ora abordando a inexistência de poupança, ora problematizando a ineficiência dos meios existentes de captação de recursos, pode-se afirmar que tal debate debruçou-se sobre a adequação dos instrumentos financeiros existentes à necessidade de financiamento das economias periféricas, bem como sobre as tendências inflacionária e de endividamento subjacentes a países atingidos pelo desequilíbrio estrutural externo. Tais questões monetárias e financeiras, entretanto, permaneceram ofuscadas no interior desse arcabouço, tanto pelo contexto internacional de Bretton Woods quanto pela urgência do desenvolvimento industrial.

Com o perdão do esquematismo, o argumento geral, para o caso brasileiro que é o que nos interessa mais de perto, segue o timbre: a dependência financeira resulta da insuficiência de fontes internas de financiamento de longo-prazo para se concluir o processo de industrialização. Tais investimentos, quando efetivados, respondem à seguinte lógica: enquanto o capital de giro requerido para o setor industrial é assegurado pelo capital bancário nacional, os serviços de infra-estrutura exigidos para sua expansão são garantidos pelo Estado. Tudo, aparentemente, adequado não fosse a constante tendência inflacionária estimulando o desvio dos recursos privados para atividades não-produtivas e o crescente endividamento externo implicando no comprometimento financeiro do setor público.

Vale ressaltar, foram poucas as oportunidades históricas em que houve a determinação de uma política econômica que não recorresse ao endividamento externo, procurando subordinar o serviço da dívida já existente às condições do balanço de pagamentos. Foram menores ainda as oportunidades em que essa determinação converteu-se na criação de instituições que pudessem atender, internamente, às crescentes necessidades de financiamento exigidas pela industrialização. Desse modo, apesar da ausência de um sistema bancário privado capaz de prover crédito de longo prazo e/ou de um mercado de capitais desenvolvido, um “arranjo” institucional explica como o setor urbano-industrial registrou uma taxa de expansão elevada.

A maior parte dos fundos para o processo de industrialização derivava de três fontes. A primeira era o *setor público*, diretamente pelo *setor financeiro estatal* ou via incentivos fiscais e manutenção de subsídios cambiais à importação de equipamentos. A segunda era o *setor externo*, principalmente no financiamento de importações. Finalmente, a terceira possibilidade era as empresas recorrerem ao próprio *autofinanciamento*. Esse pode se dar pelo aumento da participação societária de matrizes ou associadas, através do ingresso de capital externo (IDE – investimento direto externo), ou pela utilização de lucros retidos, depreciação e reservas. A propósito, os lucros tendiam a ser elevados porque a estrutura de mercado predominante nos setores industriais era o oligopólio, porque foram adotadas medidas de proteção de mercado para a indústria nascente e devido ao distanciamento entre os ganhos de produtividade industrial e os salários reais pagos aos trabalhadores².

Entretanto, a longo-prazo esse padrão se mostraria insuficiente e o financiamento passaria a ser encarado como obstáculo à expansão econômica, tornando as economias periféricas reféns dos recursos financeiros externos de curto-prazo.

Sabendo que as teorias e idéias não podem ser lidas separadas do contexto histórico que as produziu (sob pena de se incorrer em anacronismo); mas recusando, em igual medida, a postura que impede o diálogo entre interesses teóricos contemporâneos e a releitura de textos passados (o que implicaria uma produção historiográfica desprovida de sentido), nas linhas que seguem busca-se sistematizar as principais proposições sobre a vulnerabilidade monetária e a fragilidade financeira na periferia tal como formuladas pelas principais vertentes do pensamento desenvolvimentista: começando pela matriz cepalina, passando pelas contribuições de Celso Furtado, pelas críticas de Caio Prado Jr., e culminando nas abordagens relacionadas às teorias da dependência e do capitalismo tardio.

² Fernando Nogueira da Costa & Simone Deos (2002). “Reflexões sobre o financiamento na economia brasileira”. Texto para Discussão n. 109, Campinas, IE/Unicamp, jan.

CEPAL: indústria e poupança

A divisão internacional do trabalho, desde os primeiros momentos do capitalismo industrial, promoveu uma crescente disparidade entre países ricos e pobres. Tal cisão engendrou uma série de obstáculos para que os países latino-americanos pudessem realizar a transição de uma economia agrário-exportadora para um modelo econômico urbano-industrial; no âmbito da CEPAL foram ressaltadas, notadamente, as dificuldades relacionadas à introdução e difusão do progresso técnico, o subsequente desequilíbrio entre os níveis de produtividade e preço assim como a conseqüente deterioração nos termos de troca entre países do centro e da periferia.

A partir desse padrão específico de inserção econômica periférica, determinado pelo comércio internacional – baseado na exportação de produtos com demanda externa pouco dinâmica e na importação de bens com demanda interna em rápida expansão – logo explicitar-se-ia um modelo particular de crescimento econômico marcado pela tendência ao desequilíbrio estrutural no balanço de pagamentos, decorrendo disso a vulnerabilidade monetária e a fragilidade financeira dos países periféricos. Entendamos.

Se, por um lado, apenas a industrialização poderia fornecer as vantagens comparativas dinâmicas para que os países periféricos atingissem o desenvolvimento; por outro lado, a condição histórica de economia exportadora de produtos primários impunha aos países latino-americanos uma vulnerabilidade externa que não teria desfecho enquanto não fosse concluído o processo de industrialização, ou seja, industrialização e desequilíbrio externo caminhariam feitos pares, exigindo uma delicada combinação entre incentivo às exportações e alteração na composição das importações, a fim de se contornar a baixa produtividade da maior parte dos setores da economia interna (heterogeneidade estrutural) e a base econômica concentrada em poucas atividades de exportação (especialização).

No que se refere ao setor exportador, o amplo excedente de mão-de-obra, rebaixando o custo de reprodução social da força de trabalho: o salário, e a baixa produtividade média *per capita*, decorrência da baixa incorporação de tecnologias, reduziam as possibilidades de elevação das taxas de poupança nessas economias; quanto ao setor importador, além das restrições impostas pela própria debilidade da pauta de exportações, observava-se, novamente, a insuficiência de uma poupança capaz de responder aos investimentos requeridos para a industrialização. Some-se a isso a poupança pública inviabilizada por uma estrutura fiscal inadequada e a poupança privada comprometida com os padrões de consumo das classes mais abastadas e conclui-se que “na maior parte dos países latino-americanos, a poupança

espontânea é insuficiente para cobrir suas necessidades mais prementes de capital”³. Na investigação seminal da economia política desenvolvimentista a questão encontra-se desdobrada com o seguinte timbre:

Nos países desenvolvidos, a técnica produtiva exige um alto grau de capital per capita, mas o desenvolvimento paulatino da produtividade, que se deve justamente a essa técnica, permitiu que esses países tivessem uma elevada renda per capita, mediante a qual eles realizaram a poupança necessária para formar o capital requerido. Inversamente, na maior parte dos países latino-americanos, a poupança é escassa, em decorrência do baixo nível de renda (...). Examinando bem, a poupança não é grande ou pequena em si, mas sim em relação á densidade de capital resultante do progresso técnico. Nesse sentido, a poupança da América Latina, em geral, é muito escassa, em comparação com as exigências da técnica moderna. Certamente, nos primórdios da evolução industrial dos grandes países, a poupança espontânea também não foi abundante, mas, em contrapartida, a técnica da época não exigia o grande coeficiente de capital per capita que hoje requer; as inovações técnicas só puderam ir sendo aplicadas na medida em que o aumento da produtividade, da renda e da poupança tornou-as economicamente viáveis e convenientes. Dito de outra maneira é preciso retroceder várias décadas, senão um século, para encontrarmos rendas per capita análogas às que hoje são observadas, em geral, nos países latino-americanos⁴.

Sob essa perspectiva, a falta de poupança, decorrente dos baixos índices de produtividade, aparece como mecanismo de ligação entre o desequilíbrio externo e a restrição interna ao crescimento econômico, revelando a faceta monetária e financeira do problema industrial e produtivo.

Por um lado, observa-se a redução na capacidade de importação engendrando uma tendência à desvalorização cambial, que deságua na elevação de custos e preços internos; por outro lado, e em decorrência, verifica-se o impacto no nível dos preços internos que acaba culminando em pressões inflacionárias.

A pressão inflacionária básica provém da incapacidade de as exportações crescerem com a mesma velocidade que a economia interna, com isso criaram-se desequilíbrios na balança de pagamentos e deu-se origem a uma série de desvalorizações sucessivas, cujo efeito no nível de preços internos não foi mitigado por subsídios cambiais⁵.

³ Raul Prebisch (1949). “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais”. In: Ricardo Bielschowsky (org.). Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro, Record, 2000, v.1, p.76.

⁴ CEPAL (1949). “Estudo econômico da América Latina”. In: Ricardo Bielschowsky (org.). Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro, Record, 2000, v.1, pp.163-4.

⁵ Juan F. Noyola Vásquez (1957). “Inflação e desenvolvimento econômico no Chile e no México”. In: Ricardo Bielschowsky (org.). Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro, Record, 2000, v.1, p.302.

Nesse arcabouço teórico a inflação aparece como um resultado das insuficiências enfrentadas pelo processo de industrialização. Ou seja, o desequilíbrio estrutural no balanço de pagamentos não está à margem da inflação e pode mesmo ser sua principal causa.

Para Prebisch, a solução para a escassez de poupança tinha um caminho incontornável, “o recurso à poupança estrangeira parece inevitável”⁶.

A produtividade desses países (latino-americanos) é muito baixa, porque falta capital; e falta capital por ser muito estreita a margem de poupança, em virtude dessa baixa produtividade. Para romper esse círculo vicioso, sem deprimir exageradamente o atual consumo das massas, em geral muito baixo, é necessária a ajuda transitória do capital estrangeiro⁷.

Embora diagnosticasse a inflação como causa de restrições externas estruturais a serem contornadas no longo-prazo, Prebisch demonstrava certa cautela a fim de não parecer ser contrário as relações comerciais e financeiras entre países do centro e da periferia, tampouco se opor às medidas de combate a inflação no curto-prazo⁸. Seguindo algumas das considerações dos textos seminais de Prebisch, outros autores ligados à CEPAL – principalmente, Noyola Vasquez, Osvaldo Sunkel e Aníbal Pinto – se debruçaram com mais vagar sobre o principal problema monetário latino-americano: a inflação.

O ponto de partida comum a todos: a constatação de que “a inflação não é um fenômeno monetário. É o resultado de desequilíbrios de caráter real, que se manifestam sob a forma de aumentos nos níveis gerais de preços”⁹.

Mas, algumas discordâncias com relação ao tratamento da inflação, revelaram uma inflexão no consenso cepalino. Em contraposição à prudência de Prebisch, Vasquez e Sunkel assumiram posturas mais incisivas no combate à inflação: “quando a alternativa à inflação é a estagnação econômica ou o

⁶ Raul Prebisch (1949). “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais” op. cit. p.115.

⁷ Id., *ibid.*, p.109.

⁸ Disso não decorre, vale ressaltar, a adesão às políticas de estabilização baseadas em ajustes recessivos sugeridas, periodicamente, pelos organismos internacionais aos países periféricos. Pelo contrário, para os teóricos da inflação estrutural a moeda se expande como resposta das autoridades monetárias a elevações de preços de origem estrutural, sendo, portanto, incorreto considerá-la causa da inflação. A maneira de se evitar a inflação estaria na alteração das condições estruturais que a provocam, políticas creditícias e fiscais restritivas além de fracassarem na solução trazem o risco de recessão e reforçam novas tendências inflacionárias que se revelam tão logo o crescimento é retomado.

⁹ Juan F. Noyola Vásquez (1957). “Inflação e desenvolvimento econômico no Chile e no México”. op. cit. p.115.

desemprego, é preferível optar pela primeira, ou seja, pela inflação”, além do que “uma política fiscal progressiva (...) é sempre preferível à uma política monetária que só estrangula o desenvolvimento econômico”¹⁰

De acordo com Aníbal Pinto, a inflação latino-americana exerceria a função de gerar uma espécie de poupança forçada, já que a poupança voluntária não havia sido suficiente para reunir todos os recursos exigidos para o suprimento das necessidades da industrialização. O autor parte de duas possibilidades lógicas e hipotéticas, em caso de excesso de oferta agregada os preços deveriam cair em relação aos salários, dando vazão à formação de poupança dos trabalhadores; em caso de excesso de demanda agregada, os preços deveriam subir em relação aos salários, estimulando a criação de poupança dos empresários e a ampliação da capacidade produtiva.

Assim sendo, o investimento não seria limitado por falta de poupança mas poderia ser, antes, obstruído pela falta de planejamento na utilização da poupança existente ou pelo excesso de restrições impostas ao desenvolvimento em nome da estabilidade¹¹.

Na realidade, não poucas vezes se tem afirmado que o desequilíbrio corrente em nossas economias se deve aos desajustes entre poupança e inversão (...) Todavia, se atentarmos para o desenvolvimento do processo e não para seu balanço final (na contabilidade econômica), dar-nos-emos conta de que a poupança disponível pode ser maior ou menor que a transformada em inversão (...). O assédio à estabilidade pelo lado da inversão não está diretamente ligado à magnitude desta e sim à sua relação a poupança planejada ou voluntária da comunidade¹².

A observação do debate acima merece uma ponderação, no que se refere ao tratamento das questões monetária e financeira, apesar de todas as críticas e ressalvas cepalinas ao pensamento econômico liberal-ortodoxo, por um lado, a versão de Raul Prebisch acabou por sustentar, implicitamente, o princípio anti-keynesiano da determinação da poupança (oferta) sobre o investimento (demanda); por outro lado, o resgate keynesiano feito por autores como Aníbal Pinto, só faz sentido se considerarmos que o sentido último do capitalismo é o aumento da produção e da venda ao invés da busca incessante pelo lucro. As ressalvas, no entanto, não devem diminuir a importância inestimável da

¹⁰ Id., *ibid.*, p.306.

¹¹ Cf. Um balanço sobre a discussão da acumulação e do investimento no pensamento desenvolvimentista pode ser encontrada em, Franklin Serrano. “Acumulação e gasto improdutivo na economia do desenvolvimento”. In: José Luís Fiori (org.). *Polarização Mundial e Crescimento*. Petrópolis, Vozes, 2001, p.135-164.

¹² Aníbal Pinto (1959). “Nem estabilidade, nem desenvolvimento”. In: Francisco Sá (org.). *Inflação e Desenvolvimento*, Petrópolis, Vozes, 1984, p.53-5.

contribuição cepalina no que se refere à análise das restrições externas e do desequilíbrio estrutural no balanço de pagamentos como determinantes dos problemas monetários e financeiro.

Tais formulações encontraram, em território brasileiro, alguns desdobramentos e uma bifurcação. Uma jusante de aprofundamento, com Celso Furtado; outra vazante de ruptura com Caio Prado Jr., vejamos com mais vagar cada uma delas, assim como seu ponto de confluência, mais adiante, com as análises baseadas nas concepções do capitalismo dependente e do capitalismo tardio.

Celso Furtado: industrialização e crédito

Celso Furtado aprofundou a utilização do método histórico presente nos estudos cepalinos, caracterizando as estruturas subdesenvolvidas como decorrência da expansão das economias industriais em direção a regiões onde prevalecia “sistemas econômicos seculares, de vários tipos, mas todos de natureza pré-capitalista”¹³, o contato desses sistemas com as dinâmicas economias capitalistas industriais teria dado origem a “estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, e outra, a manter-se dentro da estrutura pré-existente”¹⁴, esse dualismo marcaria a peculiaridade do subdesenvolvimento contemporâneo. Sua manifestação ao longo do processo de industrialização desses países se daria através do descompasso entre a diversificação da procura por produtos importados, a intensificação da concentração de renda das altas camadas da sociedade e a dificuldade para a acumulação e as inversões de capital, ocasionando o desequilíbrio externo iminente além de pressões inflacionárias constantes, numa tendência estrutural à estagnação.

Além disso, Furtado explicitou o que as formulações da CEPAL apenas sugeriam: a existência de Estados-nacionais não é indiferente às relações econômicas internacionais.

Desse modo, entre a “difusão do progresso técnico” (versada agora em termos de possibilidade de “acesso à tecnologia moderna”) e a “deterioração nos termos de troca” (posta como “relações econômicas dependentes dos fluxos comercial e financeiro”), Celso Furtado ressalta a mediação exercida pelos sistemas cambial e monetário bem como o papel exercido pelo Estado, noutras palavras, entre a dependência tecnológica e a comercial, há uma dependência financeira determinada pelos fluxos internacionais de capital e pela maneira como o Estado, através do planejamento, os articula ao circuito interno de acumulação, seja estimulando a penetração de grupos estrangeiros, seja apoiando financeiramente grupos nacionais ou ainda participando ativamente como parceiro ou elo de ligação

¹³ Celso Furtado (1961). Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1963, p.178.

¹⁴ Id., *ibid.*, p.193.

entre a empresa estrangeira e a empresa privada nacional, numa plêiade de possibilidades que se alterará de acordo com as condições históricas.

O desequilíbrio estrutural no balanço de pagamentos, determinado pelos problemas no intercâmbio comercial, recebe uma nova variável e passa a ser função do sistema monetário internacional¹⁵ e das respostas cambiais oferecidas por cada país¹⁶.

No caso latino-americano em geral, e brasileiro em particular, o processo de industrialização enfrenta, de saída, as restrições impostas pelo padrão ouro-libra¹⁷.

Assim sendo, frente uma crise de maiores proporções, países como o Brasil passariam a financiar parte dos gastos públicos através da expansão monetária; a pressão sobre as importações seria imediata, o que precipitaria a evasão das reservas monetárias e, conseqüentemente, a desvalorização cambial. Na realidade, observa o autor, a fragilidade era ainda mais intensa: as antecipações, reflexo das baixas dos preços das matérias-primas nos principais mercados importadores, eram suficientes para provocar saídas de capitais e desvalorização cambial. “Esta última obrigava o governo a realizar um esforço financeiro para efetuar o serviço da dívida externa, no momento exato em que as finanças públicas declinavam. Assim, o déficit do setor público era inevitável, e a expansão monetária para financiá-lo se impunha inexoravelmente”¹⁸. Com esses passos Furtado vai adiante na análise da relação entre a vulnerabilidade financeira da economia e a fragilidade fiscal do Estado. Vejamos.

O equilíbrio no balanço de pagamentos pressupõe a estabilidade interna, ou seja, a ausência de distúrbios como pressões inflacionárias. Como nos países subdesenvolvidos os instrumentos fiscais eram pouco flexíveis e, por vezes, inadequados, a responsabilidade incidia sobre os mecanismos monetários, sobretudo no controle do crédito, o que acarretava o permanente desequilíbrio do balanço de pagamentos além do risco permanente de uma depressão. Disso decorreriam as “formas tradicionais de dependência externa”¹⁹:

¹⁵ Cf. Os avanços e limites presentes na abordagem de Celso Furtado no que se refere à vulnerabilidade monetária e cambial das economias periféricas pode ser encontrado em: Pedro Paulo Zahluth Bastos. “Centro e periferia no padrão ouro-libra: Celso Furtado subestimou a dinâmica da dependência financeira?”. Texto para Discussão n. 138, Campinas, IE/Unicamp, jan. 2008.

¹⁶ Cf. Vale observar a análise de Furtado acerca da política argentina de controle das exportações, a política de petróleo na Venezuela e no México, assim como as políticas de cobre e café, respectivamente, no Chile e no Brasil. Celso Furtado (1976). A economia latino-americana. op. cit., pp. 289-305.

¹⁷ Id. Ibid, p.162.

¹⁸ Id. Ibid, p.163.

¹⁹ Id. Ibid, p.285.

O desenvolvimento das relações econômicas internacionais não se fazia apenas sob a forma de crescente intercâmbio entre as diversas nações, mas também mediante a criação de pólos de comando que detinham o controle dos fluxos financeiros; que orientavam as transferências internacionais de capitais; que financiavam estoques estratégicos de produtos exportáveis; que interferiam na formação dos preços etc. (...) A expansão do excedente exportável em um país latino-americano dependia, quase sempre, de investimentos infra-estruturais financiados com capitais estrangeiros, que se tornavam acessíveis quando a inserção do incremento de produção nos mercados internacionais correspondia às expectativas dos centros de comando da economia mundial. Tratava-se, portanto, de uma forma de dependência que decorria da própria estrutura da economia mundial²⁰.

Entretanto, uma profunda transformação no que se refere aos mecanismos de cooperação financeira internacional ocorre no pós-guerra. Nas duas décadas após a Crise de 1929 observa-se a queda dos investimentos estrangeiros no Brasil, e observa-se a emergência de uma consciência segundo a qual, “em razão da instabilidade das receitas cambiais dos países exportadores de produtos primários, a acumulação de uma vultosa dívida externa eliminaria a possibilidade de executar, nesse país, qualquer política econômica racional”²¹. O aumento das áreas de atuação da empresa estrangeira e a utilização crescente de instituições internacionais de crédito como intermediários financeiros dos Estados-nacionais respondem pelas “novas formas de dependência externa”²². Repete-se e acentua-se, então, a fragilidade com relação aos capitais estrangeiros como empecilho monetário-financeiro à consolidação da industrialização, de maneira que a mobilidade do lado da procura permanece mais dinâmica que a mobilidade do lado da oferta estimulando tendências inflacionárias. Nesse ponto, Celso Furtado marca posição cepalina diante da dicotomia: estabilidade ou estagnação.

Não basta reconhecer que existe um excedente de procura sobre a oferta; que existe um desequilíbrio entre poupança e inversão, ou um desequilíbrio entre entrada e saída de recursos, para identificar e classificar a inflação. Observada a esse nível de generalidade e por seus sintomas externos, a inflação brasileira passa a ser um desequilíbrio comum de sobreinversão, cujas causas básicas são o desequilíbrio orçamentário e a expansão imoderada de crédito (...). Dessa forma se apresenta uma alternativa: crescer com inflação ou gozar da estabilidade com estagnação (...). Convém partir de uma tomada de posição: o preço da estabilidade não deve ser a estagnação²³.

²⁰ Id., *ibid.*, p.286.

²¹ Id., *ibid.*, p.306.

²² Id., *ibid.*, p.306.

Entretanto, em decorrência das considerações que tece acerca das relações entre Estados e moedas, vai adiante na discussão sobre a formação de poupanças, conduzindo o debate para a arena do planejamento do crédito. Dada a insuficiência crônica de recursos para a consolidação e avanço da industrialização, cabe ao programa de Estado criar as condições, e definir as maneiras, para o surgimento desse investimento; seja por meio da expansão monetária seja por meio de empréstimos, cabe ao planejamento econômico adequar a construção de uma política de créditos capaz de maximizar a capacidade produtiva e minimizar as tendências inflacionárias, de endividamento e de concentração de renda.

Os objetivos da política econômica, na programação do desenvolvimento, são, em essência, captar da melhor forma possível a poupança que o sistema está gerando e orientar através do crédito, essa poupança dentro da ordem de prioridade estabelecida no programa. O crédito comercial constitui um elemento subordinado na política de orientação dos recursos financeiros, a qual tem como objetivo último orientar a formação de capacidade produtiva²⁴.

Portanto, a ausência de financiamento para a industrialização pode ser substituída pelo planejamento do crédito, pois os problemas financeiros são menos preocupantes que a necessidade de diminuição da vulnerabilidade dos ciclos internacionais proporcionada pela industrialização.

Desse modo, Furtado privilegia medidas cambiais e fiscais capazes de reorganizar a relação entre o Estado e a grande empresa, ao invés de medidas comerciais cujo objetivo restringe-se apenas a restaurar a relação das grandes empresas entre si, sempre ressaltando que “a participação de grupos estrangeiros no desenvolvimento recente da América Latina é muito menos um fenômeno de cooperação financeira que de controle de atividades produtivas”²⁵, um obstáculo que, no caso brasileiro, exigiria a modernização do próprio sistema bancário.

Essa perspectiva, no entanto, assume como pressuposto que o governo dos países capitalistas em desenvolvimento tenham contado com um grande controle sobre a taxa de investimento (pública e privada) além de disposição para investir. Desconsidera, ainda, que, mesmo se houvesse tal controle e disposição, tal planejamento dos fatores financeiros direcionados ao crédito, poderia determinar o perfil

²³ Celso Furtado (1961). A Política Monetária. In: Francisco Sá (org.). Inflação e Desenvolvimento, Petrópolis, Vozes, 1984, p.255.

²⁴ Id., *ibid.*, p. 253.

²⁵ Id., *ibid.*, p.318.

das inversões produtivas (selecionando setores e tecnologias), mas dificilmente informariam a quantidade de investimentos necessários.

Assim sendo, a teoria monetária subjacente à teoria do desenvolvimento incide sobre o desequilíbrio nas relações de troca entre os produtos, e embora indique caminhos, não perscruta a maneira como a própria hierarquia entre as moedas organiza o sistema de preços internacionais, fazendo com que a moeda dos países dependentes expresse menos o valor de sua produção e mais sua função na circulação, bem como sua relação com a moeda hegemônica (através da taxa cambial).

Não podemos deixar de apontar, a análise detida dos nexos da dependência externa realizada por Celso Furtado, ao adensar a análise da esfera financeira, articulou de maneira mais refinada os problemas monetário e cambial bem como o papel do Estado enquanto planejador do crédito. Ao proceder de tal maneira explicitou a assimetria entre os países do centro e da periferia apontando a dependência externa como produtora do subdesenvolvimento. Entretanto, caberia a outro pensador brasileiro, à partir de um arcabouço conceitual diverso, explorar a dependência externa como motivo, desta vez, da reprodução do subdesenvolvimento.

Caio Prado Jr.: produção e endividamento²⁶

A obra de Caio Prado Jr. é marcada por um tema recorrente: a construção da nação, com acento nas possibilidades e limites de mudanças inscritas no processo histórico.

Ao demonstrar como a colonização européia da América – sob a forma da acumulação primitiva – dinamizava a expansão comercial e estruturava as potencialidades do capital, Caio Prado Jr. explicitava, a um só tempo, a linha mestra que resultaria na formação do capitalismo moderno e, de quebra, reivindicava o quinhão brasileiro na história ocidental, não como exotismo ou exceção, mas como parte complementar e subordinada da nova lógica de exploração que emergia.

A relação entre metrópole e colônia orienta-se para a acumulação e o lucro nos dois hemisférios, mas significará, no caso da segunda, a imbricação entre a produção de mercadorias e a reprodução dos meios de vida. Ou seja, a produção interna só encontra sua razão de ser no consumo

²⁶ A inclusão de Caio Prado Jr. numa economia política do desenvolvimento não é consenso, tampouco deixa de suscitar dúvidas e discussões, assim sendo a legitimidade de sua presença não pode deixar de ser justificada: “A discussão e a crítica das formulações da CEPAL parece ter levado a uma revitalização do marxismo, passando-se de uma concepção um tanto tosca para uma visão mais aberta e refinada. Nesse sentido, poder-se-ia sugerir que o ‘pensamento cepalino’ se situa em face do marxismo latino-americano como, *mutatis mutandis*, a economia política clássica estava para a gênese do marxismo” Fernando Novais. “Sobre Caio Prado Jr. In: Aproximações, São Paulo, Cosac&Naify, 2006, p. 293.

externo, nessa lógica de acumulação, a produção subordina-se à circulação, portanto, a natureza desse capital é mercantil, esse o *sentido da colonização*.

De posse desse princípio – para além do processo histórico, mas sempre à partir dele – Caio Prado Jr., extravasou suas análises para as articulações que conduziram a outras etapas do capitalismo brasileiro; as reflexões sobre a formação da economia colonial (orientada para o mercado externo) não deixaram de converter-se em subsídio para as análises da conformação da economia nacional (voltada para o mercado interno). Com isso tratava-se de alinhar os limites impostos ao desenvolvimento pelo colonialismo e pelo “neocolonialismo” na formatação de uma nação dependente.

Partindo desse princípio, Caio Prado Jr. teorizou as tensões e afinidades entre o capital comercial e o capital industrial ressaltando a permanência do caráter mercantil nas condições de reprodução da sociedade e da economia brasileira²⁷.

Para o autor, os impulsos que darão novo ritmo ao desenvolvimento econômico brasileiro – abrindo as primeiras fendas na estrutura colonial – derivam, em última instância, de transformações na ordem internacional com a emergência e consolidação do capitalismo industrial, é na base das contradições geradas por esse sistema que o país transita de colônia à nação. Vale dizer, é o momento em que volta os interesses de sua economia para o atendimento de sua própria população.

Essas circunstâncias de que a economia brasileira passa a participar, embora não lhe sejam próprias e alcancem o país unicamente por via da indução, vão conferir-lhe, apesar disso, uma situação bem diversa da anterior. E os mesmos elementos de sua organização e estrutura, embora fundamentalmente idênticos, adquirem novo sentido e expressão²⁸.

O que antes era complementar tornava-se agora essencial: a função exportadora ao fornecer as matérias-primas necessárias à indústria, o núcleo do novo sistema, oferecia novas oportunidades a países como o Brasil,

a saber, a tecnologia, o aparelhamento comercial e financeiro sem o que essa larga ampliação da produção e seu encaminhamento aos mercados consumidores e distribuição por eles não se poderia realizar. São recursos tecnológicos e financeiros, a iniciativa, os estímulos e habilitação comercial

²⁷ Se é inegável que em sua obra clássica sobre a economia colonial (*Formação Econômica do Brasil*) o autor ressalta os mecanismos que engendram a dependência comercial; também é verdade que em seus escritos sobre a economia nacional a dependência financeira, sob a forma de um caráter mercantil renitente, assume preponderância.

²⁸ Caio Prado Jr (1968). *História e Desenvolvimento*, São Paulo, Brasiliense, 1989, pp.93-4.

engendrados pelo capitalismo e por ele postos à disposição da economia brasileira²⁹.

Tudo sintetizado na economia cafeeira e nas inversões que lhe são decorrentes: comércio, transportes, bancos, serviços urbanos e, por fim, a própria indústria nacional. A dependência do capital estrangeiro (sobretudo inglês) se enlaça na permanência da lógica mercantil das elites nacionais, na leitura de Caio Prado Jr. desse período:

Tratava-se, em suma, no caso do Brasil, de uma economia e sociedade já estruturadas e inteiramente condicionadas para a realização de objetivos mercantis idênticos àqueles que a nova ordem capitalista iria delas exigir (...). Aqui não somente não houve resistência, mas ainda os impulsos e estímulos partidos de ambas as esferas, a externa, que é o sistema, e a interna que são as condições específicas do Brasil, se somam harmonicamente, ou antes, se integram em conjunto para impelirem o crescimento da função exportadora, em consequência as forças produtivas e a economia em geral do país assentes naquela função³⁰.

Entretanto, com a interrupção do comércio internacional em 1929 e a desestruturação da divisão internacional do trabalho vigente até então assistia-se a novas perspectivas para a economia brasileira: primeiro, graças à desvalorização da moeda, em seguida, devido ao isolamento da concorrência internacional que criava os estímulos necessários para uma industrialização por substituição de importações.

Na interpretação de Caio Prado Jr., até o fim da II Guerra Mundial, a industrialização avança “desordenadamente implantada (...). Uma indústria em suma formada de caótico aglomerado de atividades implantadas no geral, sem atenção alguma à sua viabilidade, a longo prazo, no que respeita padrões de qualidade, custos, disponibilidade de matérias-primas e outros insumos facilmente acessíveis e a preços convenientes, perspectivas futuras de mercado, etc”³¹, mas promovendo a difusão das relações assalariadas, a expansão da urbanização, a integração do mercado nacional, o fortalecimento do empresariado nacional e o desenvolvimento das forças produtivas orientadas para o mercado interno.

Uma mudança radical se imporia no pós-guerra. O controle do capital internacional sob o processo de substituição de importações impunha uma tendência à reversão neocolonial, nossa

²⁹ Id., Ibid., pp.84-5.

³⁰ Id., Ibid., pp.93-4.

³¹ Id., Ibid., p 116.

economia assume a forma do capitalismo industrial, mas sua “substância mercantil” permanece, agora com acento negativo: “com o desenvolvimento do país e a participação crescente, que o acompanha, de interesses financeiros internacionais em nossas atividades econômicas, tais compromissos se avolumam. E é somente com os recursos derivados da exportação que poderão ser normalmente atendidos”³².

A presença decisiva do capital internacional impulsionou a substituição de importações de produtos sofisticados, com isso estimulou a concentração de renda e, uma vez mais, deixou de suprir a necessidade de criação de um mercado interno consumidor mais amplo; ao ocupar os pontos estratégicos da produção industrial, o capital internacional criou um hiato entre a base empresarial e o espaço econômico nacional, deixando obstáculos para o acesso do empresariado à novas tecnologias e fontes de financiamento, conduzindo o país à incapacidade de competitividade e à manutenção da internacionalização do mercado interno; por fim, a entrada maciça desse capital internacional intensificou o desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos, a diferença entre a riqueza desse capital e a capacidade interna de geração de divisas conduziram a uma situação de dependência financeira estrutural.

A saber, e essencialmente, as circunstâncias gerais e os fatores originários que condicionam, promovem e impulsionam a produção; é em primeiro e principal lugar, a conjuntura mercantil, isto é, as características de demanda. Bem como as condições em que a produção se organiza, e as relações de produção se estabelecem. É isto que condicionará o afluxo de capital, a formação e acumulação dele, e a resultante inversão produtiva que vem assim, pode-se de certa forma dizer, em último lugar; e certamente como incidente apenas.

A industrialização brasileira marchará canhestamente e por impulsos descontínuos e desordenados, ao sabor das vicissitudes que lhe são estranhas, como em particular a caprichosa conjuntura das finanças externas³³.

Embora concorde com a avaliação cepalina e furtadiana acerca do desequilíbrio estrutural no balanço de pagamentos, Caio Prado Jr. se mostra refratário à incorporação do capital estrangeiro, preocupa-se menos com os percursos viáveis para a industrialização. Ou seja, reivindica a soberania do Estado-nacional, mas desconsidera a peculiaridade de um contexto que exige, para a conquista da autonomia econômica, a mobilização de um montante de recursos dificilmente disponíveis apenas na

³² Id., Ibid., p 107.

³³ Id., Ibid., p 122.

economia doméstica, dado que parte de um diagnóstico excessivamente condescendente com o suposto livre-cambismo inglês e bastante rígido com o imperialismo de livre-iniciativa norte-americano.

Entretanto, vale reter a maneira como Caio Prado Jr. tematiza a permanência de uma lógica mercantil de reprodução sócio-econômica. Para o autor, alteram-se as funções absolutas da economia ao longo da história, mas permanece a posição relativa do desenvolvimento do país.

Tudo se passa como se transitássemos das amarras do “exclusivo colonial”, um monopólio à partir da intervenção política, às amarras do “capital financeiro”, um monopólio de dentro do mercado, consolidando, portanto, a dependência financeira para além da comercial.

Capitalismo dependente: empresariado e investimento

Em meados dos anos 60, já haviam se consolidado as virtudes de análise do pensamento cepalino: a visão sistêmica do desenvolvimento desigual do capitalismo subdesenvolvido bem como a crítica à teoria do comércio internacional e à hierarquização promovida pela divisão internacional do trabalho, tal como vimos acima.

No entanto, constatava-se, criticamente, que a maior parte dos trabalhos produzidos no âmbito da CEPAL não enfrentou o problema do “interesse de classe” da burguesia periférica. Em princípio, a maior parte desses teóricos parece haver suposto em suas análises um comportamento empresarial clássico ou europeu, e por isso acabaram acreditando numa vontade coletiva nacional, assim eliminaram o problema central da incompatibilidade entre “interesses burgueses” e “interesses nacionais”, portanto, a especificidade dos embates entre capital e trabalho.

As teorias da dependência, em plena ascensão no período, procuraram corrigir alguns desses pontos introduzindo a dimensão política e dos interesses de classe nas suas análises nacionais e internacionais. A despeito da variedade de vertentes no interior dessa corrente de pensamento³⁴, nos concentraremos sobre as teses do capitalismo associado-dependente, formuladas por Cardoso e Faletto, sobretudo, em “Dependência e Desenvolvimento na América Latina”. Aquela relação entre externo e interno, presente na CEPAL e em Celso Furtado, ou entre imperialismo e nação, na formulação de Caio Prado Jr., passou a ser mediatizada, nas análises sobre a dependência, pelo processo de luta entre as classes.

³⁴ Autores como Ruy Mauro Marini e Theotonio dos Santos, apesar de terem dado contribuições decisivas para a compreensão lógico-história da dependência, não serão, aqui, objeto de nossa análise, pois suas proposições debruçam-se mais sobre os impactos comerciais e tecnológicos do capitalismo dependente, do que sobre suas conseqüências monetárias e financeiras.

Os estudos sobre dependência mostravam que os interesses das economias centrais (e das classes que as sustentam) se articulam no interior dos países em subdesenvolvimento com os interesses das classes dominantes locais. Existe pois uma articulação estrutural entre o Centro e a Periferia e essa articulação é global: não se limita ao circuito do mercado internacional, mas penetra na sociedade, solidarizando interesses de grupos e classes externos e internos e gerando pactos políticos entre eles que desembocam no interior do Estado³⁵.

Posta nesses termos a discussão sobre dependência e desenvolvimento parecia ter deixado de ser uma questão econômica para converter-se em questão política, nessa medida, a estratégia de acumulação de capital aparece como variável dos interesses de frações de classe, sobretudo, da burguesia industrial paulista e sua condição de sócia-menor do capitalismo cêntrico.

A indústria nacional está presa a um padrão acanhado de comportamento econômico que tem suportes contraditórios no investimento estrangeiro e nas inversões estatais. Entre esses dois pólos a burguesia nacional hesita incessantemente, temendo ora a alienação do patrimônio, ora a perda de controle político da nação. (...) A ação econômica dos industriais termina tendo de ser orientada antes pela opinião do dia-a-dia ao sabor do fluxo e refluxo dos investimentos estrangeiros e da política governamental, do que por um projeto consciente que permita fazer coincidir, a longo prazo, os interesses dos industriais com o rumo do processo histórico³⁶.

Vale ressaltar, a questão da sociedade nacional sofre um deslocamento nesse esquema teórico, comparando-o com os anteriores. Se, antes, a condição periférica impedia, precisamente, a consolidação nacional; agora, trata-se de vislumbrar a possibilidade de se angariar algum desenvolvimento capitalista sem que as amarras do subdesenvolvimento sejam rompidas, pois, os laços que atrelam centro e periferia são menos estanques, interesses externos e internos não se opõem, antes podem andar juntos.

A noção de “desenvolvimento dependente” alude a forma como a relação entre países primário-exportadores e industrializados converte-se na articulação entre países com graus variados de industrialização.

³⁵ Fernando Henrique Cardoso (1995). *As Idéias e seu Lugar: Ensaio sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, p.19.

³⁶ Fernando Henrique Cardoso (1963). *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. São Paulo, Difel, p.178.

As possibilidades de desenvolvimento abertas para um país como o Brasil fundamentam-se em formas do jogo social, de configurações políticas, capazes de potencializar momentos especiais da vinculação nacional com o exterior, retirando daí dividendos econômicos e políticos para a configuração de uma estrutura de dominação interna específica, capitaneada por grupos específicos e insuflada por interesses particulares. No caso brasileiro, esse cadinho encontraria-se potencializado no período de auge do processo de substituição de importações e no início da chamada “internacionalização do mercado interno”. Sob a irrupção do capitalismo monopolista desencadeava-se um processo bifronte: de um lado, setores da burguesia industrial desancavam do poder camadas da oligarquia agrária; de outro lado, capitais internacionais encontravam nas plagas latino-americanas novas áreas de exploração e valorização do capital.

Nesse cenário, a opção da burguesia nacional: deixar de articular-se ao proletariado nacional para vincular-se ao capital externo, dessa maneira a condição de sócio-menor (dada pelo passado agrário-exportador) transitava para a de um capitalismo associado-dependente (informado pela opção de se alavancar a indústria com investimentos estrangeiros).

A vinculação das economias periféricas ao mercado internacional se dá pelo estabelecimento de laços entre o centro e a periferia que não se limitam apenas, como antes, ao sistema de importações-exportações; agora as ligações se dão também através de investimentos industriais diretos feitos pelas economias centrais nos novos mercados nacionais³⁷.

Nessa perspectiva, mudanças no contexto internacional eram percebidas como uma associação compulsória potencialmente conversível em uma associação subalterna, a depender, insisto, dos interesses das classes dominantes, nesse ponto a ideologia industrialista-empresarial assume caráter significativo no interior dessa explicação.

O fio da meada encontra-se na constatação de que a crítica ao modelo de industrialização por substituição de importações e a justificativa para os impasses da instalação de um setor de bens de capital no Brasil centram-se na inexistência de um modelo de liberalismo econômico entre nós.

Desnecessário retomar, ainda no século XIX, a apologia do livre-comércio transformou-se na defesa da liberdade de comercialização da “mercadoria” escravo, frente às proibições do tráfico negreiro impostas pela Inglaterra.

³⁷ Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1966). Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004, p.162.

Nas primeiras décadas do século XX, uma certa leitura periférica – e novamente liberal – da divisão internacional do trabalho endossava e insistia no investimento de nossa “vocalção agrícola” como estratégia de inserção no novo cenário urbano-industrial, a especialização primário-exportadora traria a superação do subdesenvolvimento.

Ou seja, liberalismo retardando ora a criação do *mercado de trabalho* e refreando ora a emergência do *mercado de manufaturados*, atrasando, em síntese, o surgimento do modo especificamente capitalista de produção, a industrialização. Tais críticas estiveram presente de maneira contundente na teoria da dependência formulada por Fernando Henrique Cardoso.

Uma vez formadas nossas forças produtivas, a constituição do setor de bens de produção não deixou também de ser marcada por um certo liberalismo econômico descomposto. No instante em que os países do centro se direcionavam para a construção de modelos de compromisso sócio-econômico e regulação pública, a economia brasileira era alavancada pelos capitais estrangeiros, sendo o Estado utilizado como instrumento de garantias contra as importações e o poder de barganha dos trabalhadores. Mesmo quando a industrialização planejada foi moeda comum, consenso, o liberalismo econômico imprimiu sua marca orientando qual seria a fonte fundamental para o seu financiamento e, conseqüentemente, qual seria o seu modelo de lucratividade, dado menos pela criação e incorporação de tecnologias que pelo rebaixamento dos custos para a reprodução da força de trabalho. Por meio de um ritmo centralizador e concentracionista tratava-se, em última instancia, de industrialização entrevando a construção de um *mercado consumidor*.

Ao chamar a atenção para a necessidade das matizes de classe na análise da inserção periférica e para o papel da ideologia na construção de nosso capitalismo, a teoria da dependência trouxe novos elementos e jogou luz sobre novos aspectos do processo de construção da hegemonia entre nós. No entanto, o papel do Estado aparece, aqui, secundarizado, tudo se passa como se as próprias classes dominantes não participassem da formulação das políticas que ora lhes afetam, ora lhes favorecem, de maneira que as transformações do Estado aparecem submetidas as mudanças econômicas.

Capitalismo tardio: industrialização e financiamento

Os teóricos da CEPAL que observaram na dependência externa um bloqueio definitivo ao desenvolvimento do capitalismo periférico não conseguiram precisar suas engrenagens de funcionamento interno e de reprodução; os teóricos da dependência, aqui analisados, que enxergaram na associação com o capital externo uma oportunidade específica de desenvolvimento não souberam justificar por quais caminhos se estabeleceria uma relação promissora com as economias centrais.

Em nenhuma dessas análises se havia questionado a viabilidade de um capitalismo atrasado, partiu-se, antes, imediatamente para a análise das restrições estruturais responsáveis pela inserção periférica, subdesenvolvida, mercantil ou dependente. Faltava, ao pensamento desenvolvimentista, uma teoria da acumulação, que não se confundisse com a formação de capital, e que soubesse extrair dela as lacunas para se investigar a questão monetária e financeira em países periféricos, essa a contribuição da teoria do capitalismo tardio³⁸.

A história do capitalismo brasileiro passaria a ser pensada como a história de um certo capitalismo, definida por uma dupla determinação: sua herança colonial e sua formação monopolista.

O fato decisivo é que não se constituem, simultaneamente, forças produtivas capitalistas, o que somente foi possível porque a produção capitalista era exportada. Ou seja, a reprodução ampliada do capital não está assegurada endogenamente, isto é, de dentro das economias latino-americanas, face à ausência das bases materiais de produção de bens de capital e outros meios de produção (...). A industrialização capitalista, portanto, deve ser entendida como o processo de constituição de forças produtivas capitalistas, mais precisamente como o processo de passagem ao modo especificamente capitalista de produção, ao que é impropriamente chamado de capitalismo industrial³⁹.

Essa nova formulação crítica sublinhava, sobretudo, como problemas da economia capitalista brasileira: as dificuldades para a centralização do capital e a inexistência de um sistema de financiamento endógeno. A principal questão passaria a ser a internalização dos mecanismos de acumulação de capital.

Aqui, tem-se como ponto de partida a crítica ao modelo dualista centro-periferia, busca-se não só fornecer uma explicação distinta das formuladas até então para as origens da industrialização brasileira, mas também oferecer uma nova caracterização da indústria, através de uma periodização própria do desenvolvimento econômico brasileiro, apoiada na concepção marxista de forças produtivas, “Economia colonial – economia mercantil escravista nacional – economia exportadora capitalista – industrialização retardatária em suas três fases: nascimento e consolidação da grande indústria, industrialização restringida e industrialização pesada”⁴⁰.

³⁸ A construção da teoria do capitalismo tardio é informada por um linha tênue entre a crítica à economia política (tanto liberal quanto cepalina) e a história econômica de viés marxista. Aqui, o marxismo como discurso do método vincula-se ao desenvolvimentismo enquanto projeto de Nação.

³⁹ João Manuel Cardoso de Mello (1975). O Capitalismo Tardio. Campinas, IE/Unicamp, 2008, pp. 102-3.

⁴⁰ Id., *ibid.*, p. 186.

A argumentação refere as origens da industrialização brasileira à diversificação da economia cafeeira e ao transbordamento do grande capital cafeeiro pelos vários segmentos da economia paulista. O fundamental, no entanto, é a demonstração das etapas do desenvolvimento econômico brasileiro baseada, por um lado, na diferenciação entre o surgimento de “forças produtivas capitalistas” e a implantação de “forças produtivas especificamente capitalistas”, a primeira relacionada à emergência de uma racionalidade econômica de investimentos, essa última associada à montagem, propriamente dita, de um setor interno de bens de produção, consolidando a industrialização e internalizando as restrições e contradições do movimento cíclico de acumulação de capital.

Nossa proposição alternativa (...) privilegia, pois, os aspectos internos do movimento de acumulação de capital, pondo ênfase no andamento cíclico característico de estruturas industriais que incorporam empresas nacionais, públicas e estrangeiras com poder desigual de acumulação. A partir dessa análise é que se podem compreender de forma integrada os problemas de abertura externa da economia brasileira e de sua articulação dependente com o sistema internacional (...) Assim, a estrutura técnica e financeira do capital continua dando os limites endógenos de sua própria reprodução ampliada, dificultando a autodeterminação do processo de desenvolvimento. Quando nos referimos aos fatores limitantes da acumulação, de um ponto de vista endógeno, não se trata, pois, de discutir uma vez mais a dependência em relação ao setor externo ou ao capital estrangeiro, já suficientemente debatidos. Trata-se sim de analisar o potencial interno de acumulação e de diversificação da estrutura produtiva, e, a partir daí, ver como esta se articula com as relações internacionais⁴¹.

A questão passa a ser, portanto, como é possível financiar o investimento e o consumo rumo a uma economia urbano-industrial, superando a fragilidade dos sistemas financeiros locais.

Durante o período agrário-exportador observa-se: de um lado, um setor exportador de alta rentabilidade; de outro lado, um setor voltado ao mercado interno de baixa produtividade. Já durante o período de substituição de importações, o setor exportador deixa de ser fonte de dinamismo para converter-se em obstáculo de restrição ao crescimento, pois, não faz frente à necessidade contínua de importações de bens intermediários e de capital, necessários para a consolidação da industrialização. Entretanto, isso não implicaria uma tendência à estagnação conforme vaticinava Celso Furtado, engendraria antes um processo de crescimento desigual e concentrador de renda.

⁴¹ Maria da Conceição Tavares (1974). *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas, IE/Unicamp, 1998, pp. 130-1.

Assim, não parece ser por falta de capital nacional ou estrangeiro que a industrialização fica restringida e não se implanta a indústria pesada (...). Historicamente, a maioria dos países chamados de industrialização retardatária, vale dizer, aqueles que não participaram da primeira revolução industrial, implantou sua indústria pesada sejam com o apoio do Estado Nacional, seja em aliança com o grande capital financeiro internacional, como parte de um esquema de sua expansão à escala mundial⁴².

A rápida transformação da estrutura econômica brasileira a partir de 1930 havia criado necessidades de financiamento na economia urbano-industrial que não eram passíveis de ser atendidas pelos mecanismos financeiros existentes. Como resultado, houve um acirramento do processo inflacionário o qual, pelo menos numa primeira fase, teria permitido financiar o investimento de certos setores produtivos. Cumpre notar que, nessa perspectiva, a inadequação da estrutura financeira teria decorrido, não da falta de uma política, mas da rapidez das transformações estruturais inerentes ao modelo histórico de desenvolvimento brasileiro, pois, as “funções financeiras aparecem tardiamente nos sistemas bancários latino-americanos”⁴³.

A industrialização retardatária realizava-se, justamente, num período em que escalas de produção elevadas e estruturas de mercado oligopolizadas eram a regra, o que impunha problemas com relação à centralização dos capitais necessários, à obtenção de tecnologia, à concentração dos mercados. Tal industrialização não poderia ser concluída sem a atuação do Estado, articulando interesses e atraindo o capital necessário, inclusive o estrangeiro. Entretanto, “a função de gerir grandes massas financeiras no sentido de mover o processo de centralização do capital não foi efetivamente desenvolvida pelo sistema financeiro senão que remetia à esfera do Estado, onde se processa de modo específico e incompleto”⁴⁴.

Assim sendo, não havia por que se recorrer a qualquer conceito de poupança, o relevante passa a ser o funcionamento de um sistema financeiro capaz de centralizar recursos; do mesmo modo, dada a inexistência de um capitalismo financeiro, não haveria motivos para supor que o crédito se converteria em ativos reais ao invés de privilegia sua valorizar como ativo financeiro.

Tal perspectiva pressupõe a necessidade de criação, com o apoio do Estado, de um capitalismo financeiro composto por grandes conglomerados privados nacionais capazes de investir na criação do progresso técnico, a não consolidação de uma relação profícua entre sistema financeiro e sistema

⁴² Id., *ibid.*, p.138-9.

⁴³ Maria da Conceição Tavares (1978). *Ciclo e Crise*. Campinas, IE/Unicamp, 1998, p. 139.

⁴⁴ Id., *ibid.*, p. 143.

produtivo passa a ser um dos principais entraves endógeno responsável pela perda de dinamismo da economia brasileira.

Conclusão

A economia política desenvolvimentista trouxe um conjunto de problemas à partir dos quais se torna profícuo tematizar a questão monetária e financeira na periferia: o desequilíbrio estrutural no balanço de pagamentos, a necessidade de se criar poupanças e, mais do que isso, de mobilizar créditos para o desenvolvimento; sempre levando em consideração as condições internas de reprodução de capital que, ao estimular tanto o patrimonialismo como o rentismo, retroalimentam as tendências cíclicas à inflação e ao endividamento, articulando diversas formas de dependência de maneira a nos enredar numa trama de restrições externas que passam a ser internalizadas como contradições de nosso próprio processo de acumulação (tanto do ponto de vista material quanto do ponto de vista ideológico) informando nossos tipos de investimento e obstruindo as possibilidades de financiamento de nossa produção. Esses autores caminharam rumo ao programa de crítica ao equilíbrio geral da economia, e, suas teorias descartaram progressivamente a idéia de neutralidade da moeda.

Desde as primeiras proposições desenvolvimentistas sobre essas questões no final da década de 1940 até as últimas, aqui tematizadas, no final da década de 1970, observam-se duas tendências: a crescente importância dada à dependência financeira frente às suas congêneres: a dependência comercial e a dependência tecnológica; além disso percebe-se uma constante ponderação sobre a presença do capital externo em território nacional, admitindo-se que ele, por si só, não enseja imediatamente a dependência, podendo até ser útil, variando de acordo com as articulações internas que lhe estimulam a entrada. É bem verdade que tais preocupações mais se adensam quanto mais se explicita a associação entre a burguesia nacional e o capital financeiro internacional, o que só faz redobrar o interesse sobre essas análises, sobretudo se nos lembrarmos que o final da década de 1970 marca o início do que atualmente conhecemos como globalização, mundialização ou financeirização⁴⁵.

O tratamento da questão monetária e financeira implícita e subordinada à determinação da questão produtiva e industrial no arcabouço desenvolvimentista, observada com os olhos atentos da atualidade, sugere que a crítica à divisão internacional do trabalho deve ser acompanhada de uma

⁴⁵ José Carlos de Souza Braga (1997). “Financeirização global – o padrão sistêmico de riqueza no capitalismo contemporâneo”. In: José Luís Fiori (org.). Poder e Dinheiro, Petrópolis, Vozes, 1997, pp. 195-242.

crítica igualmente contundente ao sistema monetário-financeiro internacional, pois dessa combinação depende a compreensão integral da dependência externa das economias periféricas.

Referencias Bibliográficas:

- Bastos, Pedro Paulo Z. (2008) “Centro e periferia no padrão ouro-libra: Celso Furtado subestimou a dinâmica da dependência financeira?”. Texto para Discussão n. 138, Campinas, IE/Unicamp, jan.
- Bielschowsky, Ricardo (2000) (org.). Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro, Record, 2000, v.1.
- Cardoso, Fernando Henrique (1995). As Idéias e seu Lugar: Ensaio sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis, Vozes, 1995, p.19.
- _____ (1966). Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004, p.162.
- _____ (1963). Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil. São Paulo, Difel, p.178.
- Cardoso de Mello, João Manuel (1975). O Capitalismo Tardio. Campinas, IE/Unicamp, 2008, pp. 102-3.
- CEPAL (1949). “Estudo econômico da América Latina”. In: Ricardo Bielschowsky (org.). Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro, Record, 2000.
- Costa, Fernando Nogueira da *et. al.* (2002). “Reflexões sobre o financiamento na economia brasileira”. Texto para Discussão n. 109, Campinas, IE/Unicamp, jan.
- Furtado, Celso (1976). A economia latino-americana. São Paulo, Cia das Letras, 2007.
- _____ (1961). Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1963, p.178.
- _____ (1961). A Política Monetária. In: Francisco Sá (org.). Inflação e Desenvolvimento, Petrópolis, Vozes, 1984.
- Pinto, Anibal (1959). “Nem estabilidade, nem desenvolvimento”. In: Francisco Sá (org.). Inflação e Desenvolvimento, Petrópolis, Vozes, 1984.
- Prado Jr., Caio (1968). História e Desenvolvimento, São Paulo, Brasiliense, 1989, pp.83-4.

Prebisch, Raul (1949). “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais”. In: Ricardo Bielschowsky (org.). Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro, Record, 2000, v.1.

Serrano, Franklin (2001). “Acumulação e gasto improdutivo na economia do desenvolvimento”. In: José Luís Fiori (org.). Polarização Mundial e Crescimento. Petrópolis, Vozes.

Tavares, Maria da Conceição (1974). Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil. Campinas, IE/Unicamp, 1998, pp. 130-1.

_____ (1978). Ciclo e Crise. Campinas, IE/Unicamp, 1998, p. 139.

Vásquez, Juan Noyola. (1957). “Inflação e desenvolvimento econômico no Chile e no México”. In:

Submetido em: 18.03.09

Aceito em: 26.05.09